

Hierarquia e Complexo de Poder na Polícia Federal Brasileira

Outros temas relacionados à Administração da Justiça

Scynthia Schettino (Polícia Federal)

RESUMO

Este trabalho propõe uma investigação sobre o modo como a hierarquia se estabeleceu na estrutura organizacional da Polícia Federal do Brasil de forma a burocratizá-la. Propõe questionamentos acerca da funcionalidade das relações de poder dentro de uma instituição não-militar, para reivindicar modelos institucionais mais orgânicos, apontando para a necessidade de um exame subjetivo das relações entre os policiais, com o fim de atentar para o aspecto psicológico envolvido nos comportamentos e necessidades humanas.

Através de uma leitura histórico-mitológica se investigará o aparecimento do complexo de poder na formação da psique individual e coletiva, recorrendo à simbologia dos mitos e pressupondo a existência de um inconsciente, assim como conceituado por Carl Gustav Jung, que atua à revelia do indivíduo, e leva-o a fazer escolha pela dominação.

Palavras-Chave: Polícia Federal; Hierarquia; Complexo de Poder; Mitos; Carl Gustav Jung.

Introdução

O conceito de desenho institucional de Robert E. Goodin (1996) propõe regras, estruturas, mecanismos, arranjos e sistemas amplos e complexos para se planejar o funcionamento de uma instituição. Acreditando-se que as organizações em geral são criadas obedecendo um desenho institucional pré-estabelecido, observa-se que a Polícia Federal possui regras, mecanismos e sistemas pautados num desenho hierárquico definido por relações de poder.

Abordar tais relações dentro das instituições policiais, como questões subjetivas legítimas, pode abrir perspectivas de compreensão dos fenômenos coletivos que nelas ocorrem, além de viabilizar a humanização das organizações. Observando o cotidiano da Polícia Federal, que busca atingir eficácia no cumprimento da lei e no estabelecimento da justiça, percebe-se que sua estrutura administrativa, pautada num modelo mecanicista, tem ecos não somente no funcionamento institucional, mas ainda no comportamento dos policiais.

Mostra-se pertinente, portanto, explorar a suposição de que o maior desafio dessa polícia judiciária não está no enfrentamento ao crime, mas na administração dos recursos humanos que executarão tal atribuição. A capacidade de reagir rapidamente e de se adaptar para responder às demandas do trabalho policial é cada vez mais urgente, conforme observamos a desenvoltura com que o crime organizado se utiliza do progresso tecnológico e da globalização para expandir sua rede de influências, o que força as instituições a acelerarem o ritmo da mudança para

conterem a expansão dessas estruturas criminosas (Dourado Júnior, 2020). Isso requer novas maneiras de se comunicar e trabalhar juntos, buscando modelos institucionais mais orgânicos.

Na administração dos recursos humanos, a hierarquia enrijece as relações de trabalho e estabelece entre os policiais federais uma rede de subordinações, em graus sucessivos de poder e de responsabilidades, que tem como finalidade *a priori* responder à execução das atribuições. No entanto, o trânsito das relações humanas dentro de hierarquias esbarra muitas vezes na arbitrariedade, resultando em condutas abusivas por parte daqueles que exercem o poder sobre seus subordinados. Quando ocorrem, tais práticas atentam, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade e a integridade psíquica e física do grupo (Hirigoyen, 2000), comprometendo sua força de trabalho.

Fala-se na luta por direitos humanos, mas tende-se a restringir esse conceito a padrões biológicos, sociais e políticos (Whitmont, 1991), promovendo o esquecimento do aspecto psicológico envolvido nas definições e necessidades humanas. Desse modo, propõe-se neste trabalho trazer para a esfera da Administração uma visão psicológica do estabelecimento do complexo de poder, e como consequência, das origens da hierarquia na sociedade e nas instituições brasileiras, culminando na sua existência dentro da polícia judiciária da União. As tomadas de decisão pautadas na hierarquia não são fruto do mero acaso, mas decorrem de um funcionamento individual e coletivo construídos socialmente.

Vivemos um período em que a incapacidade de se haver com a natureza psíquica manifesta-se de forma maciça, e ela propicia a irrupção coletiva do mal no homem, o qual se tornou sintoma de nossa época (Neumann, 2021). Esse mal se denuncia através das violências cotidianas e se camufla na esfera das relações de poder sob o manto da hierarquia, muitas vezes arbitrária. Para lidar com essa natureza psíquica e para falar dos conteúdos inconscientes precisa-se dialogar com os símbolos. Os mitos, imagens capazes de tocar a psique por meio do símbolo, são um convite para tornar observáveis nuances antes veladas do complexo de poder.

Os retalhos do complexo de poder na colcha do tempo

Para explicar a existência do inconsciente individual é necessário observar a grande quantidade de lacunas que são encontradas na consciência¹, como os conteúdos oníricos rememorados, os sintomas psicossomáticos e as lembranças latentes, que são parte de processos psíquicos de fora da esfera perceptiva e racional. As pesquisas sobre o inconsciente revelaram que a consciência pode não somente ser influenciada pelo inconsciente, mas até ser dirigida por ele (Jung, 2016).

Pode-se comparar o inconsciente individual imgeticamente com um iceberg, em que na superfície estaria localizada a consciência e submersos estariam os conteúdos de caráter menos acessível. Seria a dimensão da psique composta, além dos conteúdos reprimidos, por todo material que subjaz ao limiar da consciência. Pode-se incluir nesse material os componentes psíquicos subliminais, inclusive aqueles provenientes da percepção sensorial (Jung, 2017a). Esse iceberg navega num mar repleto de imagens arquetípicas, isto é, imagens que aparecem de maneira recorrente e de diferentes formas em todas as culturas, e que são herdadas, passando de geração em geração (Jung, 2017b). A essas imagens chamaremos mitos.

A psique individual, por traduzir processos ectopsíquicos² em imagens ou formas arquetípicas, transforma as experiências dos comportamentos humanos em símbolos. Daí a

¹ Instância psíquica que percebe o mundo. Parte desperta e de fácil acesso da psique.

² Funções ectopsíquicas: são as quatro funções que auxiliam nossa orientação com o meio (pensamento, sentimento, intuição e sensação). (Jung, 2017b)

adequação dos mitos, degraus intermediários entre inconsciente e consciente, ao simbolismo das vivências humanas. A compreensão realista e consciente do mundo passa antes pela fantasia, isto é, ela é vivida simbolicamente (Jacobi, 2016). Basta observar o modo como as crianças experimentam o mundo. Assim, enquanto a consciência experiencia as leis naturais do mundo, o inconsciente o desvenda através de desejos, deuses e demônios. (Jung, 2020). Na maioria das mitologias, as deidades são personificações de forças da natureza, e essa energia da natureza está presente tanto no mundo exterior como dentro dos indivíduos. “Portanto, quando meditamos sobre uma deidade, estamos avaliando os poderes do nosso próprio espírito e psique, poderes que também estão lá fora, no mundo exterior.” (Campbell, 2020, p. 45).

A formação psíquica do complexo de poder, resultado da tendência humana à dominação, tem ecos nas mais antigas organizações sociais e na divisão do trabalho entre os sexos. Encontra-se traços inegáveis de complexos em todos os povos e em todas as épocas (Jung, 2000). Evidências de sua existência podem ser observadas em registros históricos e literários. “Assim, a epopeia de Gilgamesh descreve a psicologia do complexo de poder com inigualável maestria, e o Livro de Tobias, no Antigo Testamento, contém a história de um complexo erótico e de sua cura.” (Jung, 2000, p. 22)

O complexo de poder estava presente nas culturas ancestrais de pastores nômades e guerreiros, os quais ao lutarem contra os grupos pacíficos de agricultores, acabaram por impor-se através da força e da exploração. As atividades sociais e ritualísticas desses grupos, que compunham práticas aparentemente exteriores, diziam respeito também a práticas interiores humanas, isto é, aos primeiros esboços da anatomia da psique, que corresponderiam mais tarde às categorias herdadas, as quais ainda hoje reproduzimos (Jung, 2017b). As antigas tribos dominantes enfim casaram seus deuses com as deusas das tribos dominadas, gerando não somente o sincretismo, mas a vitória do princípio masculino sobre o feminino, prevalecendo nesse ambiente o comportamento de controle, a luta, a desconexão homem-natureza e a hierarquia nas relações (Campbell, 2020).

Historiadores da Arte, como Janson (1993), relatam que na Idade da Pedra, período Paleolítico (30.000 a 10.000 a.C.), as mulheres eram representadas por pequenas estatuetas denominadas Vênus, e cultuava-se a Grande Mãe como deusa provedora de todas as coisas. A organização social naqueles tempos consistia de tribos caçadoras e coletoras. As mulheres colhiam raízes e frutas e caçavam pequenos animais, além de representarem seres mágicos, que tornavam a vida possível através dos nascimentos. Os homens se encarregavam da caça perigosa de animais maiores e da proteção do grupo (Campbell, 2020). Essa divisão radical entre dois mundos se manteve por longas eras, direcionando homens e mulheres para funções sociais diferentes.

Figura 1:
Venus de Willendorf



Nota: Paleolítico (24.000 a 20.000 a. C). Museu de História Natural, Viena

No Neolítico (por volta de 10.000 a 3.000 a.C), quando a sociedade se tornou basicamente agricultora, a grande preocupação dos grupos era plantar e cultivar.

Uma vez que a magia da terra e a magia das mulheres é mesma – dar a vida e nutri-la – não só o papel da Deusa se tornou central na mitologia, mas o prestígio das mulheres das vilas cresceu em igual medida. (Campbell, 2020, p. 21).

Na região do Crescente Fértil, na Ásia Menor e nos Balcãs as civilizações agrícolas veneravam a Grande Mãe, enquanto ao sul, no deserto Sírio-Árabe, estepes da Europa e Ásia Ocidental, onde viviam tribos de pastores nômades, adoravam-se deidades masculinas e guerreiras como Marduk, Assur e Iahweh, Zeus e Júpiter (Campbell, 2020).

Uma representação simbólica da hierarquia e seus efeitos pode ser observada na epopeia babilônica de Gilgamesh, que descreve a psicologia do complexo de poder (Jung, 2000). Gilgamesh era um grande rei e herói, mas ambicioso e tirano, oprimia seu povo. Ele pode ser comparado ao ego consciente e ao pensamento lógico do indivíduo. Os deuses criaram então Enkidu, um ser semelhante a Gilgamesh em aparência e força, mas primitivo: possuía os cabelos longos, vivia com os animais selvagens e tinha por missão destruir Gilgamesh. Enkidu representa o inconsciente pessoal, os aspectos arcaicos da psique e a ligação com a natureza (Jung, 2017). Ao se encontrarem ocorre uma intensa luta. No entanto, o rei, através de sua inteligência torna-se amigo de Enkidu, convencendo-o a lutarem juntos contra Humbaba, o monstro guardião da Montanha do Cedro.

Figura 2:
Gilgamesh e O Grande Touro do Céu



Nota: Relevô de século VIII a.C. Museu do Louvre.

Na interpretação de Klugger (1999), Gilgamesh coloca inicialmente a razão, o pensamento e os valores do ego³ acima de todas as coisas, negando os mistérios inerentes à vida e à natureza e impondo-se como ser superior aos demais. Surgem como consequência o individualismo e a incapacidade de se preservar as relações humanas, o narcisismo e a falta de interesse pelo próximo. Somente com a assimilação dos conteúdos inconscientes que se integraram ao ego consciente, Gilgamesh foi capaz de derrotar Humbaba, símbolo da violência. “Quando os conteúdos inconscientes ficam reprimidos por serem continuamente ignorados, acabam por impor sua influência sobre o consciente, uma influência de caráter patológico. É por isso que ocorrem distúrbios nervosos tanto no homem primitivo como no europeu civilizado.” (Jung, 2020, p. 27)

As reações sociais incontroláveis e descompensadas são sintomas provenientes dos complexos, oriundos do inconsciente, e que levam o indivíduo e a sociedade às neuroses e psicoses que sofremos hoje (Whitmont, 1991). Enquanto os indivíduos se encontram nas faixas predominantes do ego, ligam-se aos caprichos escravizadores decorrentes do movimento de voltar-se para si mesmo. Apenas uma postura altruísta pode ressignificar a importância e os objetivos essenciais da convivência em sociedade, porque desarma a sombra coletiva que se compraz da dominação. Não fazer o bem constitui-se numa forma de fazer o mal.

Recordando os movimentos das forças contrárias que deram origem à anatomia atual da psique, concluímos ainda que houve uma divisão de papéis entre os sexos no decorrer do tempo, a distinção entre dois princípios presentes nos comportamentos e na vida psíquica humanos. O substrato da psique de homens e mulheres durante eras foi sofrendo adaptações a partir da vivência em sociedade. Os rituais e as colheitas constituíram maneiras de expressão e conexão com a natureza, características próprias do feminino. A dominação das tribos pelos inimigos deu origem a maneiras de relacionar-se em sociedade próprias do princípio masculino. Segundo Whitmont (1991), nenhum desses dois termos deve ser confundido com fêmea/mulher e macho/homem: “São forças arquetípicas presentes em ambos os sexos, conquanto em proporções diversas. Os homens não são meramente masculinos, tampouco as mulheres estritamente femininas. Ambos têm que integrar o outro em si mesmos.” (Whitmont, 1991, p. 24)

³ Eu consciente. Núcleo organizador da consciência, onde podemos localizar a personalidade.

Uma visão integradora desses opostos, configurada na chamada *coniunctio*, ou complementaridade dos opostos (Edinger, 2008), propõe uma renúncia à unilateralidade para o equilíbrio do funcionamento psíquico de um indivíduo ou de uma cultura. Quando um princípio busca a subjugação de seu contrário, seja falando de indivíduo ou de sociedade, o desequilíbrio leva à descompensação da energia psíquica. “Os opostos constituem a anatomia mais básica da psique. O fluxo da libido é gerado pela polarização de opostos” (Edinger, 2008, p. 13).

No decorrer no processo civilizador, homens e mulheres foram privados de acessar sua natureza íntima e perderam o contato também com a mãe natureza. Os comportamentos tidos como femininos, isto é, o lúdico, o sensorial e a manifestação dos sentimentos passaram a ser vistos como irrelevantes ou repreensíveis (Whitmont, 1991). Como consequência, o intelectualismo e a racionalidade impulsionaram a ânsia de tudo realizar, de ter poder e controlar. Ao invés do equilíbrio dos polos, houve o afastamento de instâncias do feminino e do masculino no campo subjetivo e social.

Em termos éticos, esse distanciamento interfere nos julgamentos que os indivíduos fazem sobre o que é bom ou mal, agradável ou desagradável, aceitável ou inaceitável. E tudo aquilo que se mostra desagradável à consciência tende a ser projetado fora dela. Carl Gustav Jung (2017b) utiliza o conceito de sombra para representar as qualidades e atributos desconhecidos ou pouco conhecidos pela consciência, que se tornam hostis quando ignorados ou incompreendidos. Projetada pela mente consciente, a sombra contém os aspectos ocultos, reprimidos e negativos da personalidade.

A repressão da sombra e a identificação com os valores positivos são dois lados de um mesmo processo: a identificação do ego com a personalidade aparente possibilita a repressão, e a repressão é a base da identificação pessoal do ego com os valores coletivos. (Neumann, 2021, p. 26)

Assim, acompanhando a separação entre os princípios feminino e masculino no desenvolvimento da psique e do comportamento humano, encontra-se um ponto de observação especular de onde se convoca as instituições hierarquizadas, e predominantemente masculinas, a mirar sua estrutura e a entender o papel imprescindível da comunicação e das trocas intersubjetivas, ao contrário dos embates por dominação. Desse ângulo, percebendo que a linha diretiva ética do indivíduo segue de acordo com os valores do coletivo (Neumann, 2021), pode-se questionar e ressignificar tais valores. Para observarmos os problemas humanos e institucionais presentes no trabalho dos policiais federais, é necessário problematizar a ética das relações que permeiam uma estrutura hierarquicamente organizada. E pensar num desenho institucional que, ao contrário daquele organizado sob a militarização, seja democrático em sua forma e configuração.

O retalho da guerra

Durante a Segunda Guerra Mundial, os soldados da SS constituíram uma organização religiosa hierarquizada, em que o mito germânico de Wotan inspirou uma ordem cavaleiresca que possuía código de honra, símbolos, subordinação sem contestação e dedicação exclusiva (Oliveira, 2017). Segundo Jung:

O mais espantoso, porém, é que, num país verdadeiramente culto, que se acreditava já bem distante da Idade Média, um antigo deus da tormenta e da embriaguez, Wotan, que

durante muito tempo permanecera em repouso histórico, qual vulcão extinto, pudesse despertar. (Jung, 1990, p. 4)

Wotan, ou Odin como é comumente conhecido, era o mais poderoso e o mais velho dos deuses nórdicos. Conhecedor de muitos segredos, abriu mão de um dos olhos em troca de sabedoria. Conforme conta Gaiman (2017), Wotan sacrificou-se a si mesmo para obter poder e o conhecimento das runas. Era o deus das tempestades e da efervescência, estimulava as paixões e as guerras, velando pelos guerreiros antes e após a morte. Artiloso, era um mago poderoso e artista das ilusões (Jung, 1990).

Os guerreiros mortos em batalhas são levados pelas Valquírias – belas donzelas guerreiras que recolhem as almas dos mortos honrados – para um salão conhecido como Valhala. Lá ele estará esperando pelos caídos, e os mortos beberão, lutarão, batalharão e se banquetearão tendo Odin como líder. (Gaiman, 2017, p. 21).

Um relevo feito por Wilhelm Friedrich Engelhard para o hall de entrada do castelo Marienburg, na Alemanha, representa os guerreiros germânicos numa batalha e, à frente, uma Valquíria cavalga mostrando o caminho.

Figura 3:
Edda-Frieze



Nota: Relevo de Wilhelm Friedrich Engelhard, 1867

O fato de o povo alemão ter sido tomado por um complexo, isto é, um fator psíquico de natureza irracional representado pela divindade de Wotan, um desencadeador de tempestades, demonstra que a razão muitas vezes não é capaz de conter a intuição primitiva que habita silenciosamente o inconsciente coletivo. “Esses são os efeitos surpreendentes do deus do vento que sopra de onde lhe apraz e ninguém sabe de onde vem e para onde vai” (Jung, 1990, p. 11). Como dito anteriormente, o inconsciente pessoal está submerso num mar de símbolos herdados, a esse mar de imagens míticas chamaremos inconsciente coletivo. Segundo Jung (2000):

O inconsciente coletivo compreende toda a vida psíquica dos antepassados desde os seus primórdios. É o pressuposto e a matriz de todos os fatos psíquicos e por isto exerce também uma influência que compromete altamente a liberdade da consciência, visto que tende constantemente a recolocar todos os processos conscientes em seus antigos

trilhos. É este perigo positivo que explica a extraordinária resistência que a consciência contrapõe ao inconsciente. (p. 27)

Nenhuma sociedade é capaz de viver sem a influência dos mitos. Por isso, utilizar suas lições e buscar compreender o funcionamento da psique e das coletividades, através deles, são possibilidades a desdobrarem-se diante daqueles que buscam respostas para questões éticas e humanas. Identificar os complexos presentes nessas imagens pode desvendar anatomias, funcionamentos e arquiteturas de sociedades e instituições.

O sentimento de inferioridade moral não provém de uma colisão com a lei moral geralmente aceita e de certo modo arbitrária, mas de um conflito com o próprio Si mesmo que, por razões de equilíbrio psíquico, exige que o déficit seja compensado. Sempre que aparece um sentimento de inferioridade moral aparece a necessidade de assimilar uma parte inconsciente e também a possibilidade de fazê-lo. (Jung, 2017b, p. 137).

Sob o tecido da hierarquia

Para entender os mecanismos hierárquicos é preciso adentrar as portas da Polícia Federal tendo em mente a narrativa dos mitos que retratam o complexo de poder. Assim, serão examinadas a seguir as manifestações do complexo na execução das atribuições da Polícia Federal, no tratamento entre os policiais e na organização dos cargos de chefia, para questionar a funcionalidade da hierarquia.

Sobre os policiais que atuam diretamente no combate ao crime, seja em ambiente operacional ou de inteligência policial, percebe-se que no enfrentamento ao inimigo externo, os indivíduos vivem um embate ético interno, entre a aceitação das ordens hierárquicas, nem sempre provenientes de um gestor que teve experiência na matéria investigada e nas técnicas utilizadas, e as escolhas feitas em equipe. O resultado pode ser uma intervenção superior autoritária, pautada mais nas prerrogativas do cargo do que nas práticas e conhecimentos que as equipes produtoras de diligências e relatórios adquiriram.

O policial federal Rogério Dourado Silva Júnior (2020), propõe uma visão integrativa no trabalho de atuação das equipes de combate ao crime contra o patrimônio. Ele observa que ainda estamos distantes de uma solução coerente para uma efetiva integração de forças dentro e fora da Polícia Federal. “Espírito de corpo” e “integração”, conceitos muito discutidos pelos especialistas em segurança pública, quando buscam possíveis soluções para frear o crescimento da criminalidade no Brasil, constituem bandeiras esmorecidas.

Utilizando as pontuações do general americano Stanley McChrystal, Silva Júnior (2020) pressupõe que a conectividade, a confiança e o propósito, que argamassam as equipes dentro de um mesmo setor policial, promovem uma capacidade de resolver problemas que nunca poderiam ser previstos pelos gestores, os quais atuam de forma distante em relação aos policiais que trabalham diretamente nas investigações ou nas ruas. Assim, “as soluções muitas vezes surgem como o resultado de baixo para cima de interações, em vez de ordens de cima para baixo” (McChrystal, 2015, p. 8).

Essa forma de pensar soluções para a atuação policial, partindo de uma autonomia nas decisões que surge dentro de uma equipe, e não de um gestor que atua remotamente, é uma das possibilidades de manifestação do princípio feminino, que assemelha-se a um sentar-se lado a lado, a um eliminar dos degraus hierárquicos, para desse modo promover respostas mais rápidas

e mais eficazes (McChrystal, 2015). Assim, para criar novos modos de resposta no combate ao crime organizado e às demandas sociais de justiça: “Urge a superação do modelo mecanicista de organização, afastando-se da ideia de que a segurança pública é uma engrenagem e passando a encará-la como um sistema com características orgânicas” (Silva Júnior, 2020, p. 266).

Para justificar a aplicabilidade do modelo que Silva Júnior (2020) chama de mecanicista, a Polícia Federal paga o preço de um funcionamento burocratizado, pautado nas relações de poder, tendo um sistema de gestão onde um grupo específico concentra as tomadas de decisão e exige tratamento diferenciado. Tome-se como exemplo o descumprimento do Decreto 9.758, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. Tal normativo prevê que o único pronome de tratamento utilizado entre os agentes públicos federais é "senhor", independentemente do nível hierárquico, da natureza do cargo, da função ou da ocasião. Mas constantemente utiliza-se na Polícia Federal a substituição do pronome “senhor” pelo substantivo “doutor”, numa evidente demarcação hierárquica.

Assim, se o conjunto de leis, instituições e doutrinas jurídicas pode servir como instrumento para a dominação, pode também freá-la. Mas eis, pelo descumprimento de um Decreto, que não somente os ordenamentos jurídicos bastam, se mostra necessário estabelecer mudanças no desenho institucional para que haja também uma modificação das condutas individuais e coletivas. A estrutura hierárquica, que resulta em mecanismos corporativos de controle e reforça os comportamentos de mando, mostra-se incompatível com as ideias democráticas de organização do poder e das funções de defesa e segurança pública. É preciso criar saídas para o desvencilhamento de uma cultura policial da dominação dentro das instituições, através de ponderações sobre a real eficácia da hierarquia. “O autoritarismo é uma categoria que precisa permear análises de desempenho de instituições democráticas.” (Mendes, 2020, § 24)

A atuação do complexo de poder pode ser observada ainda no beneficiamento dos cargos de chefia e adidâncias da Polícia Federal, que tem como critério majoritário atender aos anseios de uma única carreira, em detrimento das demais de nível superior. Assiste-se a indicações de chefia para policiais recém-empossados que precisariam ainda trilhar um longo caminho até o ganho de experiência, e a policiais adidos que não possuem conhecimento na língua do país para o qual serão enviados. A inexistência de protocolos que ratifiquem a meritocracia apenas solidifica uma hierarquia pautada no autoritarismo. Sabe-se que o autoritarismo não leva em conta tempo de serviço ou capacitação para escolha de determinadas funções, o que tende a incompatibilizar chefia e meritocracia, além de corromper os elos de funcionamento das instituições – as relações humanas.

Essa inexistência de critérios objetivos, numa polícia judiciária e não militar, que demarquem as condições para que uma hierarquia meritocrática permeie seu funcionamento, facilita tentativas de implantação de uma estrutura organizacional coercitiva, o que pode resultar em relações de trabalho demarcadas pelas disputas de poder e pelo desgaste ou rompimento dos laços de afeto.

Os constrangimentos organizacionais patogênicos não decorrem da fatalidade. São determinados pelas relações de dominação, das quais não podem ser considerados apenas como a consequência, são ainda o seu instrumento: pois é também pelo viés da organização do trabalho que as relações sociais se estabelecem. (Dejours, 2012, p. 65).

Observa-se que a própria condução do inquérito policial, procedimento administrativo informativo característico das polícias judiciárias no Brasil, precisa do somatório de forças dos saberes provenientes dos mais diversos campos para apurar a existência de infração penal e sua autoria. Agentes, escrivães, papiloscopistas e peritos unem-se aos delegados trazendo expertises e abordagens de diversas áreas científicas e humanas, imprescindíveis ao bom funcionamento da Justiça. Esse trabalho multifacetado e dinâmico, velado por traz do nome de grandes operações da Polícia Federal, é o exemplo de que é possível se pensar num desenho institucional permeado pelo ideal de democracia participativa (Goodin, 1996), o que pressuporia uma partilha de poder e responsabilidade de decisão para a construção coletiva de normas. Assim, também propõe Hannah Arendt (2011):

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade do indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. (Arendt, 2011, pp. 60-61).

O retalho da colonização

Com a colonização do Brasil, os ventos trouxeram não somente as naus, mas também os ímpetos de dominação. A sociedade brasileira acostumou-se com hierarquias de mando, onde a família do senhor de engenho exigia reverência e submissão. Desse modo, a escravidão, marca indelével na cultura brasileira, de tão disseminada deixou de ser privilégio apenas de senhores de engenho. Conforme discorre Schwarcz (2019), o domínio dos senhores se estendia sobre os trabalhadores e os pequenos roceiros que em geral dependiam de seus favores para efetuar o comércio, conseguir empréstimos e transportar produtos. “Por isso, a adesão aos chefes locais, em busca de benesses, gerava rituais de submissão, nos quais a repetição dos gestos mais cotidianos mostrava-se crucial para solidificar hierarquias” (Schwarcz, 2019, p. 39). A mesma autora complementa:

Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes, pequenos lavradores, grandes proprietários, a população mais pobre e até libertos possuíam cativos. E, sendo assim, a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita. (Schwarcz, 2019, p. 23)

Num contexto histórico, é possível compreender que a hierarquia se arraigou na sociedade brasileira de forma a tornar-se cotidiana, a partir do mecanismo da banalização da dominação. E foi assim que o complexo de poder penetrou as instituições e desenhou-as de modo a legitimar os mandos e violências veladas. Trazendo ainda as observações de Conrado Hubner Mendes (2020), que comparou variáveis institucionais do autoritarismo na democracia brasileira, podemos fazer um exame do complexo de poder manifesto no autoritarismo a partir dos seguintes apontamentos:

Todo ato ou poder autoritário contém dose de violência, ainda que nem toda violência seja autoritária. Quando se manifesta, contamina a legitimidade do poder, que se

desmancha em força bruta e perde lastro normativo, seja moral ou jurídico, para demandar obediência. (Mendes, 2020, § 2)

Mas antes da chegada dos europeus à América no século XVI, a população tupi-guarani que aqui se encontrava se engajava em êxodos periódicos, em busca de uma “terra sem males”. Segundo conta Alcida Rita Ramos (1986), os movimentos migratórios desse povo correspondiam à rejeição da emergência de governos centralizados, que surgiram diante do crescimento populacional indígena.

Assim, quando um chefe político chegava a dominar várias aldeias e mostrava sinais de exercer certos privilégios, como o uso exclusivo da força, surgia um profeta capaz de mobilizar a população contra esse chefe, procurando outros lugares onde não houvesse dominação ou coerção, enfim uma terra sem males. (Ramos, 1986, p. 88).

O resultado dessa dissolução de grandes unidades políticas e a criação de comunidades indígenas autônomas era o surgimento de governos que seguiam princípios persuasivos, ao invés de posturas coercitivas. Esse movimento de conquista do poder através da comunicação e das trocas intersubjetivas, que leva em conta o equilíbrio de interesses para a coesão do grupo, pode inspirar o desenho institucional de uma polícia judiciária democrática e não-militar, o que arrefeceria o complexo de poder.

Segundo Whitmont (1991), novos valores estão sendo adotados pelo ego moderno, que precisa mudar os referenciais masculinos reforçados durante toda a história por homens e mulheres. O lúdico, o sensorial, o criativo e a manifestação dos sentimentos precisam ser tratados como integrantes dos comportamentos humanos.

O esforço heroico para dominar, conquistar, ter poder, a organização das coisas segundo quem manda e quem obedece, a regra da autoridade e da hierarquia, do certo ou do errado, do seu jeito ou do meu – tudo precisará ser modificado pela capacidade de tolerar opostos simultâneos. (Whitmont, 1991, p. 211)

Unindo os retalhos

Demonstrando historicamente o funcionamento do complexo de poder na trama do desenvolvimento da psique, constituída anatomicamente de princípios opostos, e recontando os mitos até se chegar à colonização do Brasil, buscou-se adentrar a estrutura hierárquica da Polícia Federal. A escolha pela utilização de uma linguagem pictórica foi a proposta para se fazer aproximações, por meio dos mitos, do funcionamento dos complexos.

Ao abordar o complexo de poder na identificação da comunidade germânica com o mito anglo-saxão de Wotan e recontar a epopeia de Gilgamesh, que queria tudo dominar, é possível compreender que os indivíduos e sociedades são suscetíveis à dominação da consciência pelos conteúdos carregados de emoção presentes no inconsciente coletivo. Conclui-se que para satisfazer o ego, os indivíduos sujeitaram, historicamente, tudo à sua vontade e impossibilitaram enxergarem-se como seres interdependentes.

No entanto, o que alguns teóricos apontam é que o complexo de poder, que busca reforçar a sensação de dominação, tem em sua contrapartida inconsciente a sensação de impotência. Segundo Whitmont (1991), a ausência do “eu posso” convoca a agressão destrutiva como uma espécie de reação pânica de compensação. Para esconder seu ângulo de impotência, o sujeito precisa impor-se, e a estrutura institucional precisa hierarquizar-se. Assim como os

indivíduos escolheram por colonizar terras e dominar povos, as instituições se utilizaram do autoritarismo e das condutas de mando para evadir-se da abertura ao diálogo.

Desse modo, este trabalho constitui-se num convite à busca por novos modelos organizacionais em que estejam presentes protocolos que ratifiquem a meritocracia, levando em conta as capacidades individuais e grupais. Além de propor maior liberdade para se pensar soluções à atuação policial, partindo de uma autonomia nas decisões que surgem dentro das equipes operacionais e investigativas. Para tanto, princípios femininos como criatividade, e masculinos como a intelectualização, precisam unir-se. Somente promovendo o apreço dos policiais à sua área de ação, ampliando não somente o campo de atuação operacional, mas ainda o das relações afetivas, é possível chegar à esfera da cooperação mútua, a fim de fortalecer o grupo, promover as trocas sociais e buscar o estabelecimento da justiça.

Referências

- Arendt, H. (2011). *Sobre a violência*. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Campbell, J. (2020). *Deusas: Os mistérios do divino feminino*. São Paulo: Palas Atena.
- Decreto 9.758, de 11 de abril de 2019. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9758.htm
- Dejours, C. *Trabalho e emancipação*. (2012). Tradução: Franck Soudant. Brasília: Paralelo 15.
- Edinger, F. E. (2008). *O mistério da Coniunctio: imagem alquímica da individuação*. São Paulo: Paulus.
- Gaiman, N. (2017). *Mitologia Nórdica*. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca.
- Goodin, R. E. (1996). *Institution and their design*. The theory of institutional design. Goodin, R. E. (Org.) Cambridge: Cambridge University Press.
- Hirigoyen, M. F. (2000). *Assédio moral: A violência perversa no cotidiano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Jacobi, J. (2016). *Complexo, arquétipo e símbolo: Na psicologia de C. G. Jung*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Janson, H. W. (1993). *História Geral da Arte: O mundo antigo e a Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes.
- Jung, C. G. (1990). *Aspectos do drama contemporâneo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Jung, C. G. (2000). *A Natureza da Psique*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Jung, C. G. (2016). *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Harper Collins.
- Jung, C. G. (2017a). *Fundamentos da psicologia analítica*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Jung, C. G. (2017b). *O Eu e o Inconsciente*. Petrópolis: Editora Vozes.

- Júnior, R. D. S. (2020). Integração ou morte da segurança pública: teoria e prática no combate ao crime violento contra o patrimônio. França, L. F. M. F. (Org.). *Alpha Bravo Brasil – Crimes Violentos Contra O Patrimônio*. Coleção Alpha Bravo Brasil - Volume 1. Curitiba: CRV.
- Klugger, R. S. (1999). *Significado Arquetípico De Gilgamesh, O: Um Moderno Herói Antigo*. São Paulo: Editora Paulus.
- McChrystal, S. (2015). *Team of Teams*. New York: Penguin.
- Mendes, C. H. (2020). O entulho autoritário era estoque: o regime nascido da Constituição de 1988 não apenas incorporou práticas da ditadura, mas criou formas novas de autoritarismo. *Quatro Cinco Um : a revista dos livros*. São Paulo. Recuperado de <https://www.quatrocincoum.com.br/br/artigos/d/o-entulho-autoritario-era-estoque>
- Neumann, E. (2021). *Psicologia Profunda e a Nova Ética*. São Paulo: Editora Paulus.
- Oliveira, D. C. (2017). *O poder do mito na construção do caos: mitos, símbolos, ritos e as forças ocultas no nazismo*. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Ramos, A. R. *Sociedades Indígenas*. Brasília: Ática, 1986.
- Schwarcz, Lilian Moritz. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Whitmont, E. W. (1991). *Retorno da Deusa*. São Paulo: Summus.